

**OS IMPACTOS DO CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UMA ANÁLISE DOS DIFERENTES TIPOS DE BANCO QUE INTEGRAM O SISTEMA
FINANCEIRO BRASILEIRO
(2001 – 2006)**

João Prates Romero (UFMG)

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do crédito disponibilizado nacional e regionalmente pelas principais instituições financeiras captadoras de depósitos, procurando assim identificar as limitações do Sistema financeiro Brasileiro (SFB). Os 21 bancos estudados foram subdivididos segundo sua base de capital: privados nacionais, privados internacionais, públicos federais, e públicos estaduais. Verificou-se uma forte concentração financeira no país, onde os 21 bancos analisados respondem por quase 70% do total dos depósitos do SFB. Os bancos públicos federais e privados nacionais são os líderes do mercado, seguidos dos privados internacionais e bem abaixo os públicos estaduais. A atuação dos bancos privados concentra-se no Sudeste e Sul, enquanto os públicos são os principais responsáveis pelo crédito nas demais regiões. O resultado mais relevante verificado é a necessidade de promover a elevação do nível de crédito dos bancos privados nacionais e internacionais nas regiões mais atrasadas.

Palavras-Chave: crédito, desenvolvimento, moeda, incerteza, bancos.

Abstract: This paper aims at analyzing the evolution of the credit offer, both nationally and regionally, focusing the most important deposit holder financial institutions, looking after identify the limitations of the Brazilian Financial System (BFS). The 21 banks here studied were divided according to its capital basis: private national banks, private international banks, public federal banks, and public state banks. It was verified a strong financial concentration in the country, where the 21 analyzed banks are responsible for almost 70% of the total amount of deposits of the BFS. The public federal banks and private national banks are the market leaders, followed by the private international banks, and considerably behind the public state banks. The private national and international banks business are concentrated in the Southeast and South regions, as long as the public banks are the ones that provide the higher amounts of credit in the other regions. The most important conclusion of the paper is the need of promoting the elevation of the private banks credit offer in the less developed regions.

Key-words: credit, development, money, uncertainty, banks.

1. INTRODUÇÃO

Após inúmeras reformas e reestruturações verificadas ao longo das últimas décadas, o sistema financeiro brasileiro (SFB) ainda hoje se mostra incapaz de impulsionar o desenvolvimento econômico no país. O que torna o sistema financeiro fundamental na propulsão do desenvolvimento é a atividade de intermediação e criação de crédito. No intuito de propor políticas que reforcem o papel do sistema financeiro na geração de desenvolvimento econômico, é preciso, porém, entender os impactos das mudanças ocorridas na dinâmica atual do SFB, e o contexto em que elas foram introduzidas.

A maioria das reformas implementadas a partir de 1990 visava solucionar problemas de solvência enfrentados por alguns bancos nacionais, sobretudo os públicos e privados estaduais. Esperava-se com isso fortalecer o SFB e o aumentar a eficiência dos bancos na geração de crédito. Com as mudanças procurava-se ainda aprimorar o controle monetário e restringir o aumento da dívida pública, como parte do projeto de ajuste fiscal tido como base fundamental para a implantação do Plano Real (BARROS DE CASTRO, 2005).

Os estudos econômicos baseados no referencial teórico do *mainstream* em economia, por partirem do pressuposto da neutralidade da moeda, muitas vezes deixam de lado o estudo e análise do funcionamento do sistema financeiro, sobretudo regional, considerando os sistemas e fluxos financeiros regionais como meros reflexos dos desiguais níveis de desenvolvimento entre as regiões. No entanto, trabalhos mais recentes de economistas de outras escolas têm contribuído para a formação teórica desse campo ainda pouco consolidado. Entre eles estão Dow e Rodrigues-Fuentes (1997), que defendem que a não neutralidade da moeda apresenta-se tanto nacionalmente como regionalmente, tendo por isso papel importante no processo de desenvolvimento das regiões mais atrasadas.

Ao contrário do que argumenta a ortodoxia econômica, variáveis monetárias podem sim contribuir para a ampliação ou reversão do hiato de desenvolvimento entre as regiões de um determinado país se levada em conta a não neutralidade da moeda. Segundo teóricos pós-keynesianos, a moeda é endógena ao sistema econômico, introduzida em seu circuito através do crédito disponibilizado pelos bancos, sendo portanto de crucial importância para o sistema econômico. Apesar da relevância da demanda por crédito, os bancos ocupam um papel central na determinação dos níveis de investimento e renda, se também considerados como não neutros e sim como poderosos agentes econômicos. O que se supõe é que diferentes tipos de bancos apresentem diferentes características quanto ao modo de atuação, às decisões de alocação de recursos, quanto à localização das agências, entre outras mais.

O objetivo deste trabalho é analisar como tem sido a evolução do crédito disponibilizado no Brasil pelas instituições financeiras captadoras de depósitos¹, e a participação de cada tipo de banco nessa conta. São aqui estudados quatro diferentes tipos de bancos, agrupados segundo suas semelhanças quanto à base de capital: privados nacionais, privados internacionais, públicos federais, e públicos estaduais. Compõem a base de dados analisada os balancetes de 21 bancos em atuação no Brasil, segundo a tipificação referida. A intenção é avaliar a distribuição nacional e regional do crédito e verificar a participação dos bancos nesse montante, tentando assim entender melhor o modo de atuação de cada tipo de banco.

Para alcançar esses objetivos, o presente trabalho encontra-se dividido em cinco seções contando com esta introdução. O segundo capítulo apresenta resumidamente o referencial teórico que orienta a discussão, enquanto no terceiro é construída uma breve retrospectiva histórica do sistema financeiro brasileiro, procurando assim contextualizar a análise. No capítulo quarto são analisados dados sobre a oferta de crédito no Brasil, sendo estes interpretados segundo os preceitos previamente discutidos. No capítulo final são tecidas as considerações finais da discussão desenvolvida através do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A importância da moeda na economia

Parte considerável da literatura econômica desconsidera os efeitos da moeda na economia. Sobretudo os adeptos das teorias neoclássicas, consideram a moeda como neutra, ou seja, não tendo impacto sobre o meio econômico, sendo mero instrumento de flexibilização das trocas. No que diz respeito à literatura relacionada à economia regional, a moeda tampouco partilha de algum destaque. Teóricos de formação monetarista inicialmente buscaram reproduzir em âmbito regional modelos macroeconômicos estudados a nível nacional, o que permite, quando muito, avaliar os impactos da moeda no curto prazo. Segundo ressaltam Richardson (1973) e Rodrigues-Fuentes (1998), três fatores principais servem de base para esses estudos, quais sejam: o fato da ortodoxia considerar neutra a moeda no longo prazo, não impactando a economia real em nível regional; a inexistência de instrumentos de política monetária regionais; e o fato das economias regionais serem quase completamente abertas. Nesse caso, como também verificado em estudos com outras orientações teóricas, os fluxos monetários regionais são tidos como resultado das disparidades entre as regiões, e não como a causa dessas disparidades.

¹ Os bancos estudados representam quase 70% do montante de depósitos do SFB.

Ao considerar neutra a moeda, o *main stream* em economia assume também que renda e emprego são determinados somente por variáveis reais. Os bancos, por sua vez, são também tidos como neutros, pois se tomados como meros intermediadores financeiros que facilitam o contato entre poupadores e investidores, não influenciam de modo algum os resultados econômicos reais. Portanto, o único modo do sistema financeiro exercer influência sobre variáveis reais seria negativamente, afastando o sistema econômico da melhor alocação/intermediação de recursos através de falhas de mercado, informação imperfeita ou assimétrica, e/ou custos de transação.

Contudo, se enfocado o referencial teórico pós-keynesiano, como descrito por Cavalcante et al. (2006), tanto a moeda como a atuação e decisão alocativa dos bancos são consideradas como *não* neutras, de forma que moeda e bancos se tornam parte fundamental do processo econômico. A moeda entra no sistema econômico através do crédito fornecido pelos bancos, sendo a oferta de moeda apenas parcialmente controlada pelo governo, o que confere aos bancos um forte peso em sua determinação. Dow e Rodríguez-Fuentes (2006, p.44), ao comentarem os estudos de Beare (1976), argumentam que “esse autor conclui que seu modelo confirma a importância da moeda nacional na determinação da renda regional em que o impacto diferencial regional se explica pelas diferenças de renda ou elasticidade da demanda de riqueza para o produto regional. (...) Isto é, a moeda parece afetar a renda regional real durante um período de quinze anos, constatação que, de fato, desafia o ponto de vista monetarista de que a moeda é neutra no longo prazo”.

A incerteza é de crucial importância quando adotada uma análise de cunho pós-keynesiano. Segundo o próprio Keynes (1982), as expectativas dos agentes refletem o grau de incerteza presente no ambiente econômico. Quanto mais elevada a incerteza quanto ao desempenho da economia no futuro, menor a expectativa dos agentes quanto à realização dos lucros, sendo menor sua motivação para investir, preferindo eles reter ativos mais líquidos como forma de se precaver. O nível de preferência dos agentes por ativos de maior ou menor liquidez representa a chamada “preferência pela liquidez”. Como se pode constatar, a incerteza é central nesse processo: quanto maior ela for, maior será a preferência pela liquidez dos agentes, sendo menor o investimento e o gasto, gerando assim um quadro de deficiência de demanda efetiva que afeta negativamente o crescimento. Analogamente, se trazermos para o foco de análise uma economia mais dinâmica onde a atividade econômica apresenta menor incerteza, então menor será a preferência pela liquidez dos agentes. Devido ao maior otimismo partilhado pelos mesmos no que diz respeito aos ganhos futuros, são impulsionados então o investimento e a demanda, acelerando então o processo de crescimento.

O crédito é extremamente relevante nesse processo, e para se perceber seus determinantes, são estudados tanto a oferta como a demanda por crédito, consideradas interdependentes e estreitamente relacionadas à preferência pela liquidez. Pelo lado da oferta de crédito, caso bancos

tenham elevada preferência pela liquidez, como já ressaltado, fruto da incerteza elevada que gera expectativas pessimistas sobre a economia (regional ou nacional), a oferta de crédito se encontrará restringida. Pelo lado da demanda, a preferência pela liquidez influencia a decisão de portfólio do público, assim que quanto maior for essa preferência, menor será a demanda por crédito. Além de representar uma demanda por crédito mais restrita, elevada preferência pela liquidez por parte do público acaba acarretando também em alocação de recursos num portfólio de mais curto prazo, de forma que, com o intuito de ajustar seu passivo e ativo, os bancos acabam também reduzindo o prazo do crédito concedido. Os impactos de um quadro como esse são sentidos principalmente no setor inovador do sistema econômico, que necessita de crédito com prazo mais alongado. No que diz respeito ao desenvolvimento do país, tal restrição representa um forte empecilho a ser superado.

Valendo-se de tal referencial teórico, Dow (1982 e 1987) desenvolveu modelos onde os diferentes padrões de desenvolvimento regional são reflexo não somente do lado real da economia, mas também das características e modo de funcionamento do sistema financeiro. Mesmo possuindo base monetária igual, expectativas mais otimistas dos agentes sobre os preços de ativos acabariam por gerar multiplicadores monetários mais elevados, o que torna os mercados dessas regiões mais líquidos, produzindo mais elevado grau de desenvolvimento financeiro e melhores resultados comerciais.

Essa discussão torna extremamente relevante estudar como se dão as relações e interações entre regiões mais e menos desenvolvidas. Conforme argumenta Corrêa (2006), é de extrema relevância o desenvolvimento de análises que diferenciem as dinâmicas econômicas do centro e da periferia. A região central é considerada próspera, com mercados organizados e dinâmicos, além de um sistema financeiro sofisticado. A região periférica, por outro lado, é considerada uma economia estagnada, com mercados frágeis e fortemente dependentes da região central, principalmente por ser um exportador para esta última, e apresentando ainda sistema financeiro menos sofisticado. Como já referido, o maior risco de *default*, a mudança da eficiência marginal do investimento (reflexo das maiores taxas de juros e menor disponibilidade de crédito), e a maior incerteza do público quanto à obtenção de renda, fazem com que a periferia tenha mais elevada preferência pela liquidez.

Analogamente, devido à menor incerteza e volatilidade econômicas, a região central mostra características inversas, quais sejam: baixa preferência pela liquidez (e por isso maior dinamismo); maior liquidez dos ativos; mais elevado multiplicador bancário. Além disso, utilizando da teoria da *causação circular cumulativa* de Gunnar Myrdal (1957), Dow (1987) argumenta ainda que um dos setores da economia do centro que se vale de economias de escala e aglomeração é justamente o setor financeiro. Por partilhar de tais ganhos, os escritórios financeiros se concentram no centro, o

que separa o local de decisão do local de captação e investimento, e prejudica a concessão de crédito para a periferia.

No que diz respeito à estrutura produtiva, o centro é tido como historicamente marcado pela presença de capital industrial e comércio, além de centro financeiro. À periferia são atribuídas atividades relacionadas ao setor primário e/ou de manufaturas pouco tecnológicas. Como já citado, sua economia se encontra fortemente ligada às exportações feitas para o centro, sendo por isso mesmo mais vulnerável a oscilações de demanda do centro, o que realça sua dependência. A periferia sofre ainda *spread effects* do centro no que diz respeito às decisões empresariais quanto às filiais, e à difusão de tecnologia, mão-de-obra qualificada e serviços especializados.

A configuração dos sistemas financeiros nacional e regional, contudo, pode influir nesse contexto de modo a realçar ou refrear essa dinâmica centro-periferia. O problema de como enfrentar esse entrave é de difícil resolução. Bancos nacionais costumam emprestar menos para a periferia. Bancos específicos da periferia, devido à competição com o centro, preferem manter maiores reservas e restringir empréstimos, acabando em desvantagem relativa e motivando a concentração bancária no centro. O menor prazo dos depósitos da periferia faz ainda com que bancos restrinjam os prazos do crédito para compatibilizar ativo e passivo. A restrição dos depósitos de longo prazo prejudica a atividade inovativa já escassa na periferia, dificultando ainda mais que a mesma alcance o nível de desenvolvimento encontrado no centro. Bancos multinacionais, porém, muitas vezes não manterão sequer alguma atividade na região periférica.

Tal argumentação, portanto, indica que regiões com elevada preferência pela liquidez e baixo acesso bancário geralmente sofrem restrições de crédito por parte do sistema bancário, o que praticamente impossibilita seu desenvolvimento, gerando um ciclo vicioso de concentração. Mostra-se, então, de extrema relevância o estudo do modo de atuação dos diferentes tipos de bancos presentes no Brasil, dentro do conjunto de regras e normas que regem o sistema financeiro brasileiro (SFB) na atualidade, como forma de tentar inferir mudanças que possibilitem conferir maior funcionalidade ao mesmo no que se refere à motivação do desenvolvimento nacional, e especialmente das regiões mais atrasadas do país.

2.2 Crédito e desenvolvimento

Marx (2003) considera o crédito um importante mecanismo no processo de crescimento, uma vez que flexibiliza a acumulação de capital, facilitando o que o autor chamou de “reprodução ampliada”. Já Schumpeter (1982), clássico da literatura sobre desenvolvimento econômico, considera o crédito indispensável para o rompimento da inércia do processo de reprodução simples, chamada por ele de “fluxo circular”. Para o autor, o banqueiro “se coloca entre os que desejam

formar combinações novas e os possuidores de meios produtivos. Ele é essencialmente um fenômeno do desenvolvimento, embora apenas quando nenhuma autoridade central dirige o processo social. Ele torna possível a realização de novas combinações, autoriza as pessoas, por assim dizer, em nome da sociedade, a formá-las. É o éforo da economia de trocas” (SCHUMPETER, 1982, p. 53).

Celso Furtado (1983) considera a atividade inovativa e a acumulação de capital como interligadas, posto que a inovação é quase sempre fruto da busca das empresas por aplicação de recursos acumulados. Por necessitar de investimentos em pessoal especializado, modernos laboratórios de P&D, entre outros gastos, a criação de inovações tecnológicas põe em destaque o papel da acumulação de capital. Assim, “Uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. A teoria das inovações é de enorme importância, mas conduz a equívoco pretender formulá-la independente da teoria da acumulação de capital” (FURTADO, 1983, p. 47).

É possível destacar, portanto, pelo menos três aspectos básicos pelos quais o crédito e o sistema financeiro desempenham um papel central para o desenvolvimento: (i) propulsão do investimento e acumulação de capital; (ii) financiamento da atividade inovativa; (iii) redução da concentração de recursos e rompimento da dinâmica centro-periferia.

Além do mais, ao impulsionar o crescimento da periferia e a reversão do vazamento dos fluxos financeiros rumo à região central, o crédito promove redução da chamada “polarização modernização-marginalização” (ALBUQUERQUE, 2005), que reflete a paradoxal concentração de renda no centro e marginalização da periferia. Com a redução da concentração de recursos financeiros no centro e expansão do crédito na periferia, não só impulsiona-se o crescimento dessa região, como também a redução da distribuição de renda em nível regional. A amplitude com que se dá esse processo será função da preferência pela liquidez, mas sendo influenciado também pelas regras e a configuração do sistema financeiro.

Contudo, o crédito é de central importância para o desenvolvimento econômico, não só por seu impacto direto na acumulação de capital e seus reflexos sobre a distribuição de renda e a atividade inovadora. O crédito possui também grande importância na formação de expectativas, de forma que, se bem empregado e se garantidos os bons resultados dos investimentos, ele produz um aumento do otimismo na economia. Esse componente *expectacional* relacionado ao otimismo dos agentes foi chamado por Keynes (1982) de *animal spirits*. Esse termo, definido pelo autor como o “instinto espontâneo de agir ao invés de não fazer nada” (KEYNES, 1982, p.133), trata da disposição dos agentes em enfrentar a incerteza. Quando essa disposição é *fraca*, então eles tenderão a *adiar* os investimentos como forma de se precaver no caso de algum evento negativo

inesperado. Já quando essa disposição é forte, os mesmos estarão mais propensos a comprometer seus recursos e aumentar o investimento. O ponto chave, portanto, é proporcionar o fortalecimento do *animal spirits* dos agentes, criando um ciclo virtuoso de crescimento. A disponibilização do crédito, e o posterior sucesso dos investimentos dele advindos, são os pontos de partida para tal processo.

Porém, para evitar os efeitos negativos da polarização financeiro, é primordial conhecer e entender a estruturação do SFB e a evolução histórica que moldou sua configuração atual.

3. UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

No início da década de 80 verificaram-se várias mudanças no cenário econômico tanto mundial como nacional. Choques consecutivos de capital, de oferta, de demanda e de juros resultaram numa grande diminuição da liquidez internacional, o que acabou por acarretar num aumento da inflação no Brasil, aumento da dívida externa e deterioração das contas fiscais do governo brasileiro.

Diante desse cenário, ficaram escassas as fontes de recursos para financiamento que operavam até então: o setor público e o capital externo. Simultaneamente, a própria demanda por financiamento também diminuiu, devido à maior incerteza. Esses fatores caracterizam o período de baixo crescimento e alta inflação que marcou os anos 1980. As instituições financeiras por sua vez, não sofreram tanto com esse período e foram capazes de continuar obtendo lucros. Historicamente, o SFB é uma herança das décadas de alta inflação e, sendo assim, se tornou habilitado a tirar proveito desse cenário. No caso brasileiro, a indexação, por meio da ORTN, permitiu à moeda doméstica, apesar de não mais valer como unidade de medida, continuar servindo normalmente como meio de pagamento. Ao contrário de outros países que enfrentaram situação parecida, os recursos dos brasileiros foram mantidos nos bancos, que por sua vez não perderam os depósitos à vista, que caracterizam o principal item do seu passivo. Segundo Carvalho (2005, p.333), “esse arranjo não apenas permitiu a sobrevivência do sistema bancário doméstico sob alta inflação como acabou mesmo por abrir-lhe novas oportunidades de lucro”, como as operações de *floating*.

Uma vez que a inflação incentivava uma aceleração da circulação da moeda, verificou-se então um ganho de agilidade na realização de pagamentos e movimentação de recursos, posto que tanto maior sua velocidade, menor a perda gerada pela inflação. As instituições financeiras brasileiras foram também beneficiadas pelo financiamento do setor público. A política monetária vigente era focada em emissão de títulos públicos de curta maturação e altas taxas de juros.

Conjuntamente, o Banco Central passou a garantir a recompra de títulos do governo em caso de déficit de reserva, isentando o investimento em títulos públicos de qualquer risco. Os bancos tinham assim aplicações de curto prazo, risco praticamente nulo, e alto retorno.

Dessa forma o SFB firmou-se como sólido e competitivo, o que seria confirmado durante a década de 1990. No entanto, apesar de apresentar alta eficiência no que diz respeito à agilidade dos sistemas de pagamentos, continuou ineficiente na alocação de recursos para investimentos e incentivo à atividade produtiva, mesmo com as constantes tentativas de melhora nesse quadro. Esse fenômeno caracteriza o que Carvalho (2005) chama de “Paradoxo Brasileiro”.

A década de 1990 se inicia marcada por um momento favorável no contexto macroeconômico internacional. Nacionalmente, o Plano Real de 1994 finalmente promoveu uma estabilização monetária de sucesso, o que causou uma retomada no crescimento econômico num momento imediatamente posterior, motivado pelo crescimento das atividades de crédito e, simultaneamente, diminuição das operações de títulos. No entanto, com o fim da inflação o SFB presenciou a perda de importante fonte de receita proveniente das transferências inflacionárias, sendo que o ganho dos bancos com o *floating* caiu de 4,2% do PIB em 1993, o que equivalia a 35% da produção do setor financeiro, a zero em 1995 (IBGE, 1997; apud CARVALHO, 2005). Nos primeiros meses, buscando compensar essas perdas, os bancos promoveram o aumento das operações de crédito. A maior oferta de crédito é justificada pela crença vigente na época que a baixa inflação permitiria que o setor público equilibrasse o seu orçamento, precisando de menos financiamento e provocando um estreitamento do mercado da dívida pública, do qual os bancos eram dependentes.

Com o aumento da oferta de crédito, a suposta inexperiência dos bancos nesse tipo de atividade e a falta de recursos técnicos adequados para avaliar os riscos, resultou em elevado índice de inadimplência, agravado pelos reflexos da Crise Mexicana de 1995. Observou-se assim a incapacidade de alguns agentes do SFB em operar lucrativamente em um cenário de baixa inflação. Além dos bancos que não conseguiram se adaptar ao novo contexto, muitos outros já se encontravam em situação crítica no momento de estabilização. Os bancos estaduais, principalmente, por terem atuado como grandes financiadores dos governos estaduais durante um longo período, mostravam-se extremamente problemáticos. Como esses bancos financiavam o próprio governo, não havia quase nenhuma restrição ao volume de financiamento permitido, o que configurava uma armadilha. O comum abuso nos endividamentos acabava tornando os fluxos de caixa dos estados insuficientes para atender aos serviços da dívida, gerando problemas de liquidez.

Foram necessárias, então, novas reformas de fortalecimento e reestruturação do SFB, que visassem eliminar os agentes menos capacitados e eficientes. Dessa forma, em 1995 foram criados o

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional – e o PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – para assistir e financiar os processos de fusões e aquisições, bem como a reorganização das instituições financeiras envolvidas. Foi promovida principalmente a aquisição de bancos ameaçados de quebra por bancos que se mostraram mais sólidos. Por meio deste programa foi realizado um aumento da concentração financeira nacional, simultaneamente acompanhado por uma expressiva queda do número de instituições financeiras públicas, que estavam entre as maiores financiadoras da atividade produtiva.

Adicionalmente, outras medidas atuaram no sentido de fortalecer o SFB, como o estabelecimento de um limite mais alto de capital para a constituição de novos bancos, restringindo a formação de novas instituições, e a criação de incentivos para a fusão, incorporação e transferência de controle acionário. Também a partir de 1995 iniciou-se um movimento de abertura do SFB para a entrada e instituições financeiras estrangeiras. O argumento a favor dessa medida era que a competição externa estimularia um aumento de eficiência dos bancos e a concorrência elevaria e baratearia as operações de crédito, reforçando ainda a estabilidade do SFB. No entanto, os resultados da entrada de bancos multinacionais mostraram-se ambíguos. De fato houve um fortalecimento do sistema, ainda que outros resultados sejam discutíveis. O sistema bancário nacional acabou se mostrando apto à nova competição estrangeira no mercado, enquanto estes últimos, por sua vez, adaptaram-se à conjuntura macroeconômica doméstica, mantendo as práticas vigentes, em vez de agir como incentivo a um aumento da disponibilização de crédito, como se acreditava.

Por outro lado, a inadimplência manteve-se concentrada nos bancos públicos, que atuam em áreas de mercado mais arriscadas, não cobertas pelos bancos multinacionais (exemplo do crédito agrícola). Sobretudo no período de aumento do crédito pós-Real, verificou-se um menor aumento da inadimplência nos bancos internacionais. Na verdade, como argumentam Mathieson e Roldos (2001), as instituições estrangeiras exercem o chamado *cherry picking*, ou seja, atraem os melhores clientes. Dessa forma foi garantida maior estabilidade para esses bancos que para os bancos públicos, que acabam prejudicados. Em relação ao *spread* bancário, foi largamente defendido que a entrada de maior competição contribuiria para a sua queda. O que foi constatado, porém, foi um aumento desse *spread*.

É possível ainda ser interpretado que outro objetivo fundamental das mudanças implementadas pós 1994, que era o maior fortalecimento SFB frente a crises, foi de certa forma logrado. Estas mudanças, porém, não foram suficientes para que ocorresse um aumento sustentado no financiamento da atividade produtiva, como se acreditava. Apesar de ocorrido um aumento nos

primeiros meses pós Plano Real, como já mencionado, a Crise Mexicana e seus efeitos em outras economias emergentes, como o Brasil, deixou claro que suas economias ainda eram frágeis economicamente.

Em vista deste cenário o governo F. H. Cardoso optou por manter uma política de juros altos visando evitar a fuga de capitais. A dívida pública, que era antes alimentada pela alta inflação pré Real, passou então a resistir devido aos juros elevados que causaram instabilidade no balanço de pagamentos. Dessa forma foi garantida aos bancos a continuidade dessa modalidade de aplicação financeiras, mais rentáveis e seguras que a oferta de crédito. Conforme argumenta Carvalho (2005, p.336), “A armadilha que se criou, com a manutenção de uma política de juros elevados para evitar a saída de capitais em um cenário de prematura e irresponsável liberalização dos movimentos internacionais de capitais, prolongou até os nossos dias o desequilíbrio fiscal que alimenta a dívida pública e sustenta a rentabilidade dos bancos que nela aplicam seus recursos”. Nesse contexto, o principal meio de propulsão do crédito se apresenta na redução da taxa de juros real, que modificaria a estrutura de incentivos do sistema financeiro brasileiro. A redução levaria ao barateamento do crédito e incentivaria a mudança do modo de atuação dos bancos, que buscando manter seu nível de rentabilidade procurariam compensar essa queda com o aumento do crédito.

Contudo, apesar da queda da taxa de juros básica no Brasil a partir de julho de 2005², o que se verificou entre 2001 e 2006 foi a manutenção da taxa de juros real histórica em torno do mínimo de 9% (BRESSER-PEREIRA, 2005). Além disso, é fácil perceber que, mesmo no caso de uma queda nos juros reais, nada indica que isso levaria a uma reversão do padrão concentrador de recursos atualmente demonstrado pelo sistema financeiro brasileiro. É no intuito de analisar possíveis meios de reverter esse processo concentrador e motivar o desenvolvimento nas regiões mais carentes que esclarecer o papel dos diferentes tipos de bancos dentro do SFB se torna ponto fundamental.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS SOBRE O CRÉDITO NO BRASIL

Os dados utilizados nesse trabalho foram disponibilizados pelo Banco Central do Brasil³ (BACEN) em suas Informações Financeiras Trimestrais. As informações são obtidas por instituição financeiras, referentes ao passivo e ativo dos balancetes dos bancos, respectivamente: depósitos a vista e a prazo; e crédito concedido. A periodicidade dos dados é trimestral, e o primeiro ano em

² Segundo dados do Ipea, o movimento dos juros foi de aumento a partir de 2001, com queda entre meados de 2003 e 2004, apresentando então nova subida entre 2004 e 2005, voltando a cair a partir de julho de 2005.

³ Site www.bacen.gov.br: Sistema Financeiro; Informações Cadastrais e Contábeis; Informações Financeiras Trimestrais: <https://www3.bcb.gov.br/iftimagem/>.

que são disponibilizados é 2001. O período aqui analisado vai do primeiro trimestre de 2001 ao último de 2006, sendo os dados subdivididos entre as macro-regiões brasileiras. Ainda que essa divisão entre macro-regiões não seja a mais adequada, ela é tomada como base no intuito de traçar uma análise regional do crédito e dos fluxos financeiros internamente ao Brasil, uma vez que os dados são disponibilizados nesse formato.

Ao estudar o padrão europeu de sistema financeiro, Chick (2006) verifica a atuação predominante de três tipos de bancos: bancos internacionais; grandes bancos nacionais; e bancos de nível local/regional. Os dados aqui apresentados são referentes a 21 instituições financeiras em atuação no Brasil, procurando traçar um paralelo com a tipificação proposta pela autora, de forma a avaliar se existe diferença no modo de atuação dos diferentes tipos de banco. Para o Brasil, seguindo o histórico do SFB, foi pensada uma divisão em quatro tipos de bancos: bancos públicos federais; bancos públicos estaduais; bancos privados nacionais; e bancos privados internacionais. O primeiro passo da coleta de informações foi a obtenção de dados referentes aos 10 maiores bancos privados segundo classificação disponibilizada pelo BACEN:

TABELA 1.

Ranking	Instituições	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agencias.
1	BB	264634926	19209052	2342669	139194563	106513	4027
2	CEF	189374478	8519750	699579	110617164	105890	2351
3	BRADESCO	172596186	20391511	1533003	74560501	70194	3006
4	ITAU	157231214	19125839	2018099	52456756	59940	2332
5	SANTANDER BANESPA	100007988	8174494	461660	29476321	22440	1032
6	UNIBANCO	87662162	9643448	532857	38341897	24813	940
7	ABN AMRO	80394134	9442943	253744	49400668	29640	1089
8	SAFRA	52145601	4097846	149896	10318892	5147	99
9	HSBC	53100260	3650623	167216	30079235	26754	930
10	VOTORANTIM	48462799	4872553	231597	21684436	535	6
11	NOSSA CAIXA	34764435	2493485	174761	24533471	14059	512
12	CITIBANK	26829055	3156024	81032	5257204	3204	64
13	BANKBOSTON	23041698	2054925	-68099	4968516	4095	70
14	BANRISUL	13825228	1197501	94547	9113839	11278	406
15	BNB	12435439	1464900	46851	2526087	9500	181

Fonte: Sisbacen - Retirado do Resumo do Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancário I)

OBS: BB, CEF e Nossa Caixa não são contados como 10 primeiros privados uma vez que são Bancos Públicos.

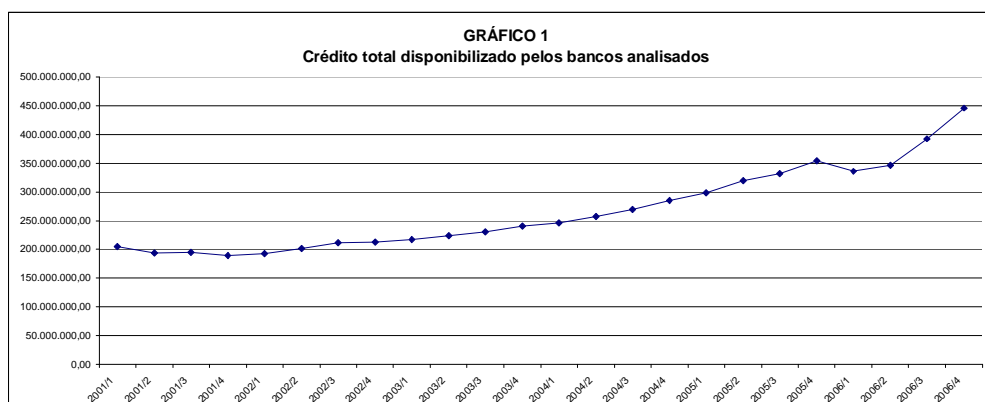
Em seguida foi complementada a base de dados com as informações referentes aos bancos públicos ainda em atuação no país: públicos federais e estaduais (CORRÊA, 2006). É importante lembrar que nesse trabalho foram apenas analisadas instituições financeiras bancárias captadoras de depósitos, o que exclui bancos públicos de fomento e desenvolvimento, como BNDES, BDMG, entre tantos outros, e que são responsáveis por considerável montante de crédito no país, sobretudo no que se refere ao crédito de longo prazo. A TABELA 2 traz a relação dos bancos analisados.

TABELA 2.
Tipos de Bancos

Públicos Federais	Públicos Estaduais
BANCO DO BRASIL S.A.	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
BANCO NOSSA CAIXA S. A.	BRB BANCO DE BRASÍLIA S.A.
BANCO DA AMAZONIA S.A.	BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.
	BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Privados Nacionais	Privados Internacionais
BANCO BRADESCO S. A.	BANCO SANTANDER BRASIL S. A.
BANCO ITAU S. A.	BANCO ABN AMRO REAL S. A.
UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S. A.	HSBC BANK BRASIL S. A. BANCO MULTIPLO
BANCO SAFRA S. A.	BANCO CITIBANK S.A.
BANCO VOTORANTIM S. A.	BANKBOSTON N.A.

Fonte: Sisbacen

4.1. O Crédito no Brasil



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central

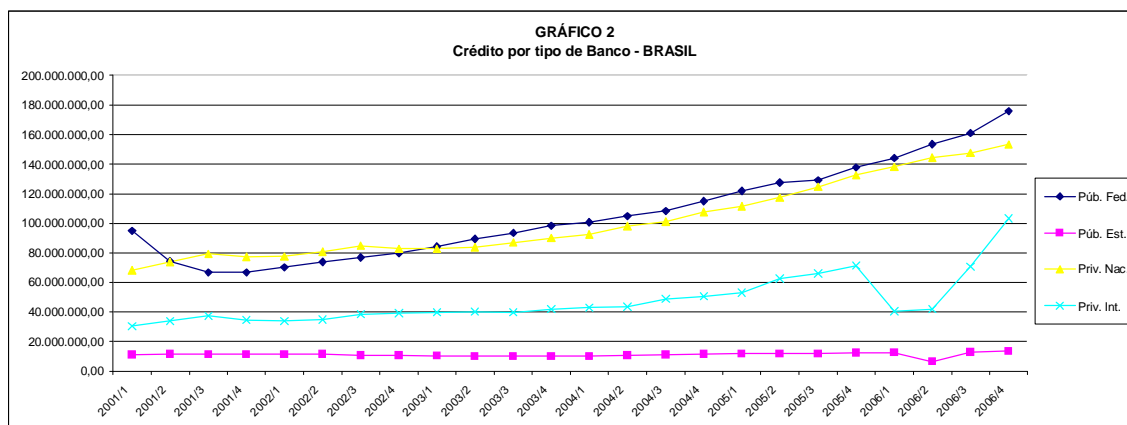
O que se observa no GRÁFICO 1 é uma grande elevação do crédito no país, sendo seu valor no ultimo semestre de 2006 mais que o dobro do montante concedido no primeiro semestre de 2001, passando de R\$ 193.729 milhões de reais, para R\$ 432.535,42 milhões.

Do ponto de vista macroeconômico, muitos autores, como Bresser-Pereira (2005) e Carvalho (2005), argumentam que o crédito no Brasil encontra-se em patamares menores do que os observado em países desenvolvidos⁴ devido à manutenção de uma taxa de juros real extremamente elevada, que mantém um nível histórico de no mínimo 9%. Essa taxa de juros, uma das maiores do mundo já durante vários anos, não só colabora para encarecer o crédito, como desestimula sua liberação, posto que aplicações em títulos públicos mostram-se extremamente lucrativas e com baixíssimo risco. A redução da taxa de juros é defendida por esses autores como forma de motivar os bancos a aumentarem o montante de crédito em busca de manter seu nível de lucratividade (entre outros argumentos macroeconômicos que não são do escopo do presente trabalho). Dessa forma, o verificado aumento do montante de crédito disponibilizado, mesmo em vista da manutenção da taxa de juros em torno do seu patamar histórico, demonstra que a abordagem teórica aqui defendida

encontra-se em concordância com a realidade observada no país. Nos últimos anos o Brasil tem apresentado sucessivos índices positivos de crescimento do PIB, que mesmo estando abaixo do esperado e desejado, aquecem a economia e motivam o *animal spirits* de investidores e emprestadores, gerando assim otimismo entre os agentes econômicos. Como argumentado, isso faz com que o crédito se expanda, ocasionando em aumento do crescimento.

Os dados aqui coletados, contudo, se comparados com os valores do crédito total disponibilizado pelo Ipea⁵ para o primeiro trimestre de 2001 (984.903 milhões, referente à soma dos três primeiros meses do ano) e o último trimestre de 2006 (2.147.216,52 milhões, referente à soma dos três últimos meses do ano), correspondem a aproximadamente 21% desse montante em ambos os momentos. Por outro lado, se comparada aos dados do BACEN sobre o total de depósitos do sistema financeiro nacional (R\$ 794.071.573 milhões), os bancos analisados controlam, ao final do período, 67,53% dos depósitos, o que demonstra a extrema concentração do SFB. Comparando as proporções de empréstimos e depósitos dos bancos analisados em relação ao total do SFB percebe-se claramente como a maior parte da oferta de crédito é atribuída a bancos de desenvolvimento e de fomento, não tratados no presente trabalho.

Buscando identificar as diferenças na atuação de cada tipo de banco dentro do SFB, no GRÁFICO 2 é analisada a participação de cada um deles no crédito concedido no país, de modo que seja possível identificar os maiores responsáveis pelo crescimento atualmente observado.



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central
 OBS: 2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.
 2006/1 a 2006/3 - Os dados sobre o HSBC não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.

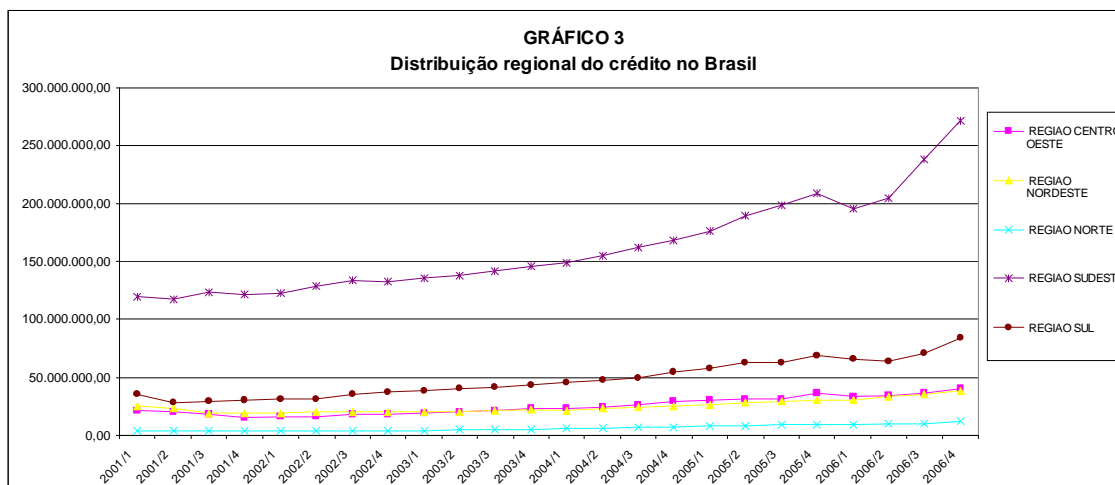
Os dados representados no GRÁFICO 2 demonstram serem os bancos públicos federais e privados nacionais os principais responsáveis pelo incremento do crédito no período de 2001 a 2006. Em seguida vêm os bancos privados internacionais, com uma participação menos expressiva,

⁴ Segundo dados do Banco Mundial sobre crédito como percentagem do PIB, o Brasil apresenta um índice de 98,8%, enquanto EUA apresenta 215,5% e a China 142,6%. O Brasil encontra-se, contudo, bem acima da média da América Latina, que é de 56,6%.

e então os bancos públicos estaduais, que mantiveram praticamente o mesmo nível de crédito. Em valores percentuais, a participação de cada um dos tipos de banco no crédito no primeiro trimestre de 2001 foi respectivamente: 46,37%; 33,34%; 14,81%; e 5,48%. No último trimestre de 2006 essa participação é alterada para respectivamente: 39,40%; 34,38%; 23,18%; e 3,04%. Verifica-se, portanto, uma redução na participação dos bancos públicos federais frente a um elevado aumento da participação dos bancos privados internacionais. A participação dos bancos privados nacionais permaneceu praticamente a mesma, com um singelo aumento, enquanto a participação dos bancos públicos estaduais, acompanhando o movimento histórico iniciado na década de 1990, reduziu sua participação em dois pontos percentuais, indicando não ter havido aumento significativo do seu montante de crédito (de R\$ 11.224,24 milhões para R\$ 13.556,60 milhões).

4.2. Distribuição Regional do Crédito

No item anterior foi constatado que o crédito vem crescendo no Brasil a despeito da elevada taxa de juros real. Contudo, isso não diz muito quanto à redução das desigualdades regionais no país, que é o foco do presente tópico.



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central

Conforme observado no gráfico anterior, o crédito no Brasil encontra-se ainda extremamente concentrado na região Sudeste, mais uma vez corroborando a abordagem teórica previamente enfocada, que considera a economia numa dinâmica centro-periferia. Por ser mais desenvolvida, a região Sudeste concentra não só a maior parte da produção nacional, como também os escritórios centrais dos bancos e seus serviços especializados. Com ativos de mais longo prazo, é facilitado e impulsionado o crédito nessa região em detrimento das regiões atrasadas, mais propensas a riscos de *default* por parte dos tomadores de empréstimos.

⁵ www.ipeadata.gov.br – Operações de crédito do sistema financeiro – total.

A região Sul, com menos da metade do montante de crédito gerado na região sudeste, possui a segunda maior oferta de crédito. Em seguida, Nordeste e Centro-Oeste apresentam valores parecidos, possuindo o Norte a menor disponibilidade de crédito. A participação percentual do crédito em cada uma das regiões é retratada na tabela a seguir:

TABELA 3.
Participação percentual de cada região no crédito total

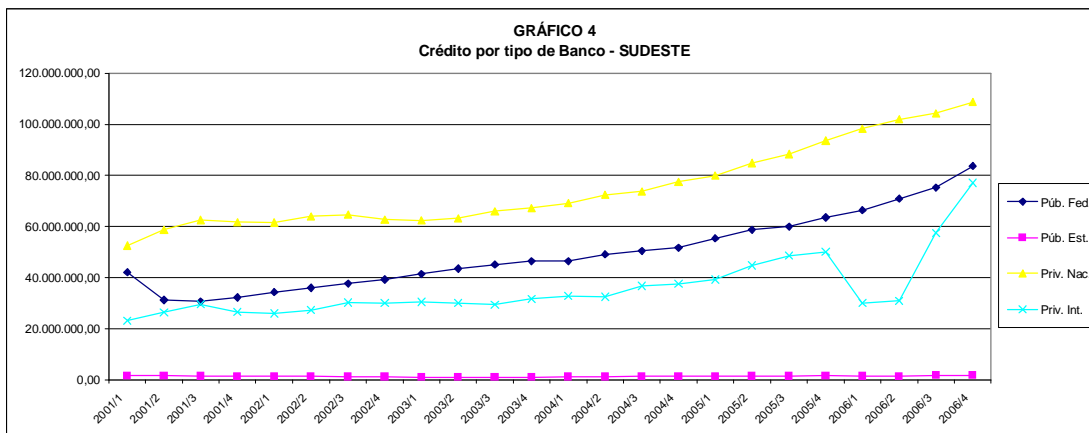
Ano	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
2001/1	17,40	58,22	2,08	12,13	10,17
2001/2	14,62	60,82	2,11	12,18	10,27
2001/3	15,19	63,69	1,85	9,91	9,36
2001/4	15,91	64,06	1,94	10,22	7,87
2002/1	16,02	63,68	1,95	10,14	8,20
2002/2	15,83	63,87	2,08	10,07	8,15
2002/3	16,77	63,33	1,85	9,57	8,48
2002/4	17,51	62,57	1,93	9,32	8,68
2003/1	17,61	62,30	1,98	9,25	8,86
2003/2	17,99	61,66	2,17	9,15	9,03
2003/3	17,97	61,39	2,22	9,18	9,23
2003/4	18,30	60,85	2,26	9,07	9,52
2004/1	18,60	60,67	2,34	8,77	9,63
2004/2	18,50	60,44	2,46	8,99	9,59
2004/3	18,51	60,16	2,48	8,94	9,91
2004/4	19,24	59,02	2,58	8,88	10,28
2005/1	19,36	58,94	2,56	8,81	10,33
2005/2	19,57	59,40	2,57	8,77	9,69
2005/3	19,08	59,87	2,63	8,81	9,61
2005/4	19,38	59,00	2,60	8,71	10,31
2006/1	19,62	58,45	2,71	9,21	10,01
2006/2	18,40	59,13	2,83	9,57	10,07
2006/3	18,19	60,84	2,68	8,97	9,32
2006/4	18,89	60,80	2,66	8,57	9,07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN.

O que se verifica através dos dados é a permanência do mesmo padrão de distribuição regional do crédito ao longo do período, havendo até mesmo uma piora na participação das macro-regiões menos desenvolvidas, como Centro-Oeste e Nordeste. Apenas no Norte foi verificada uma pequena melhora na participação. Juntos Sudeste e Sul agregam 75,62% e 79,69% do crédito respectivamente para o primeiro trimestre de 2001 e o último de 2006, o que demonstra a extrema concentração de recursos financeiros no eixo Sul-Sudeste.

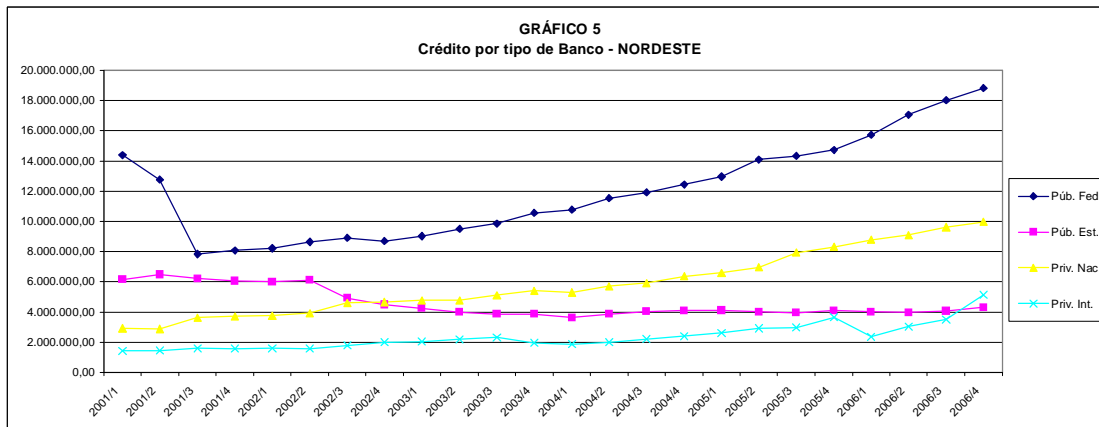
Tendo isso em vista, é interessante analisar a composição do crédito regional segundo os tipos de bancos. No Centro-Oeste, no Norte e no Sul, a participação de cada tipo de bancos no crédito foi praticamente igual ao padrão nacional. A única diferença constatada foi que os bancos públicos federais se encontram mais isolados como principais fornecedores de crédito, estando os bancos privados nacionais mais distantes destes primeiros⁶. Dessa forma, os casos mais interessantes a serem analisados são Sudeste e Nordeste.

⁶ Os dados utilizados para essa análise foram retirados do site www.bacen.gov.br: Sistema Financeiro; Informações Cadastrais e Contábeis; Informações Financeiras Trimestrais: <https://www3.bcb.gov.br/iftimagem/>.



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central
OBS: 2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.
 2006/1 a 2006/3 - Os dados sobre o HSBC não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.

Na região Sudeste os bancos privados nacionais se encontram como principais fornecedores de crédito. Em seguida, em níveis bem inferiores, estão os bancos públicos federais e privados internacionais. Os bancos públicos estaduais apresentam participação pífia na região. Por se tratar de uma região mais desenvolvida e com economia mais dinâmica, há menor preferência pela liquidez, maior otimismo e menores riscos inerentes ao investimento, de forma que o setor financeiro privado se encontra mais fortemente inserido na provisão de crédito.



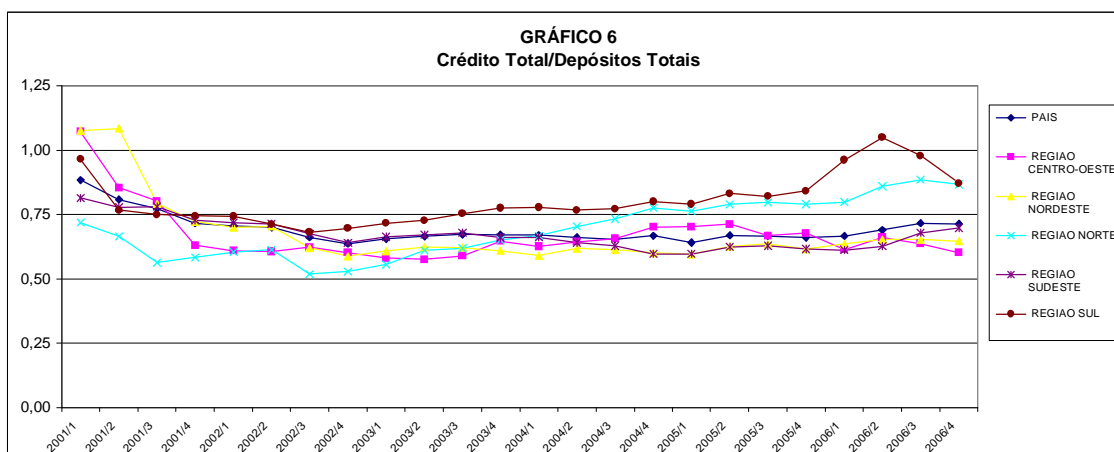
Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central
OBS: 2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.
 2006/1 a 2006/3 - Os dados sobre o HSBC não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.

Já no Nordeste a situação é inversa. Sendo a economia pouco dinâmica, o setor financeiro pouco desenvolvido, e a preferência pela liquidez elevada, o otimismo dos agentes é baixo e o risco elevado. Os bancos públicos federais são os maiores responsáveis pelo crédito. O interessante é perceber que até o segundo semestre de 2002 os bancos públicos estaduais eram o segundo grupo que mais emprestava, mas a partir de então diminuem sua participação e são ultrapassados pelos bancos privados nacionais, que ao final do período já estão consolidados como o segundo grupo que mais fornece crédito. A participação dos bancos internacionais aqui é bastante reduzida, mas vêm

também crescendo – principalmente no ano de 2006, quando ultrapassa o montante fornecido pelos bancos públicos estaduais.

4.3. A disponibilidade de recursos por macro-região

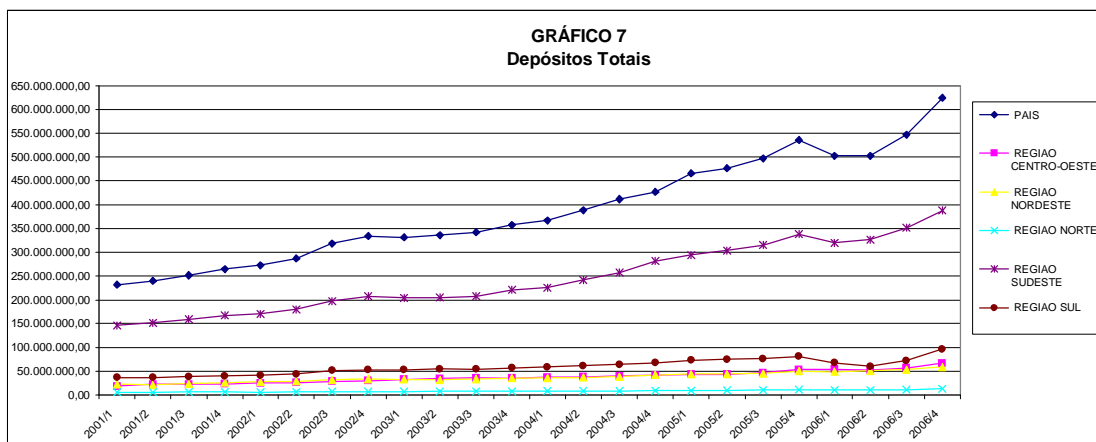
Buscando identificar a disponibilidade de recursos financeiros regionalmente, foi feita então uma análise das contas de depósitos dos diferentes tipos de banco, tendo como base a distribuição regional tanto dos depósitos como do crédito fornecido. O primeiro passo da análise foi a criação de um índice que representa a relação crédito/depósitos por região. Os números encontrados foram transpostos para gráfico a seguir:



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central 2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.

No gráfico é observada relativa homogeneidade quanto à relação crédito/depósitos nas diferentes macro-regiões. Os dados mais interessantes são as elevações dos índices do Norte (indo de 0,52 no terceiro trimestre de 2002 para 0,87 no final de 2006) e do Sul (de 0,68 no terceiro trimestre de 2002 para 0,87 ao final de 2006). Sudeste e Sul, por sua vez, apresentaram queda: respectivamente de 0,81 para 0,70; e 0,97 para 0,87. É possível perceber no gráfico, contudo, dois momentos distintos: do primeiro trimestre de 2001 ao terceiro de 2002, marcado por uma queda generalizada no índice; e outro do quarto semestre de 2002 ao último de 2006, marcado por uma elevação do indicador.

Como foi observado no GRÁFICO 3, o crédito vem se elevando (ou pelo menos mantendo seu patamar) em todas as macro-regiões do Brasil. Dessa forma, é interessante então observar a trajetória dos depósitos nesse período.



Fonte: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) retiradas do site do Banco Central
OBS: 2006/2 - Os dados sobre o BERGS não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.
 2006/1 a 2006/3 - Os dados sobre o HSBC não foram disponibilizados pelo BACEN para o período citado.

Examinando o GRÁFICO 7 percebe-se que os depósitos acompanham evolução semelhante à do crédito. É importante ressaltar que a queda observada nas curvas entre o primeiro e o terceiro trimestres de 2006 se deve à ausência de dados referentes aos bancos HSBC e BERGS⁷. A análise segue estudando a relação crédito/depósitos por tipo de banco, nos trimestres inicial e final de cada um dos dois momentos destacados.

TABELA 4
Índice Crédito/Depósitos por tipo de banco (2001 a 2002)

Região	Públicos Federais		Públicos Estaduais		Privados Nacionais		Privados Internacionais	
	1 trim. 2001	3 trim. 2002	1 trim. 2001	3 trim. 2002	1 trim. 2001	3 trim. 2002	1 trim. 2001	3 trim. 2002
Centro-Oeste	1,00	0,53	0,72	0,55	1,51	1,08	1,77	1,31
Nordeste	0,81	0,43	5,13	1,36	0,87	0,70	1,69	1,18
Norte	0,70	0,46	0,47	0,23	0,84	0,67	0,94	0,84
Sudeste	0,55	0,40	1,05	0,73	0,98	0,81	1,59	1,31
Sul	0,88	0,55	0,53	0,63	1,72	1,09	1,04	0,66

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN.

Como já referido, durante o período todos os bancos apresentaram queda no índice em todas as regiões, exceto os públicos estaduais para a região sul. Isso pode ser explicado pelo aumento da incerteza fruto das eleições de 2002, o que pode ter feito os bancos reduzirem a relação entre o crédito e os recursos de depósitos disponíveis. Mesmo havendo aumento do valor bruto do crédito, a queda relativa confirma o aumento da preferência pela liquidez em situações de maior incerteza, indicando maior retenção de recursos por parte dos bancos como forma de se precaver no caso de um evento adverso. Pela semelhança no modo de atuação dos diferentes bancos, pode-se inferir também que a competição e o estado geral de expectativas os leva a atuar de forma semelhante.

TABELA 5
Índice Crédito/Depósitos por tipo de banco (2002 a 2006)

Região	Públicos Federais		Públicos Estaduais		Privados Nacionais		Privados Internacionais	
	4 trim. 2002	4 trim. 2006	4 trim. 2002	4 trim. 2006	4 trim. 2002	4 trim. 2006	4 trim. 2002	4 trim. 2006
Centro-Oeste	0,50	0,47	0,59	0,40	1,07	1,53	1,41	1,21
Nordeste	0,41	0,51	1,26	1,28	0,65	0,76	1,14	0,97
Norte	0,47	0,85	0,31	0,26	0,57	1,04	0,97	0,91
Sudeste	0,41	0,56	0,68	0,51	0,74	0,72	1,18	0,91
Sul	0,60	0,89	0,62	0,60	1,00	1,36	0,68	0,63

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN.

Já no segundo momento, no Centro-Oeste os principais responsáveis pela elevação do índice no período em questão foram os bancos privados nacionais (de 1,07 para 1,53). Os bancos públicos federais permaneceram praticamente no mesmo patamar, enquanto os públicos estaduais e privados internacionais demonstraram leve queda. É interessante ressaltar que apesar dos bancos privados terem menor volume de depósitos captados na região, e disponibilizarem menos crédito em termos brutos, observa-se que proporcionalmente aos depósitos os mesmos emprestam mais que os bancos públicos. Uma possível explicação para isso é o desenvolvimento da indústria agrícola na região.

Na região Nordeste, os bancos privados internacionais foram os únicos que apresentaram queda no índice (de 1,14 para 0,97). Bancos públicos federais e privados nacionais apresentaram aumentos semelhantes, enquanto o índice dos públicos estaduais se manteve no mesmo nível.

Já na região Norte, foi observada uma expressiva elevação dos índices dos bancos públicos federais e privados nacionais (de 0,47 para 0,85; e 0,57 para 1,04). Bancos públicos estaduais e privados internacionais permaneceram com índice praticamente inalterado. Esse aumento mostra uma melhora da disponibilidade de recursos na região.

No Sudeste observou-se uma queda expressiva no índice dos bancos privados internacionais (de 1,18 para 0,91). Bancos privados nacionais permaneceram praticamente com o mesmo índice, enquanto foi observado um pequeno aumento por parte dos bancos públicos federais, compensado pela queda dos públicos estaduais. Isso demonstra que, apesar da região sudeste ter sido onde o crédito apresentou maior aumento, esse aumento foi proporcionalmente menor que o aumento dos depósitos, o que indica uma menor propensão dos bancos a emprestar, ou ao menos um receio de aumentar proporcionalmente a oferta de crédito. Bancos públicos federais foram os únicos com aumento considerável.

No Sul os índices dos bancos públicos estaduais e privados internacionais permaneceram praticamente inalterados. Os índices dos bancos privados nacionais e públicos federais apresentaram aumentos consideráveis (respectivamente de 0,60 para 0,89 e 1,00 para 1,36). Públicos estaduais e privados internacionais apresentaram pouca alteração. Tal resultado indica um quadro de expectativas mais favoráveis no Sul, visto não haver quedas expressivas nos índices.

Dessa forma, a região Norte foi a mais beneficiada com a evolução observada, seguida pelo Sul. No Sudeste, apesar da queda relativa por parte de alguns dos bancos, são verificados os maiores aumentos brutos, enquanto o Nordeste apresentou considerável piora, sendo o efeito negativo dos bancos privados internacionais o predominante na região. O Centro-Oeste permaneceu no mesmo nível geral (tendo os mesmos 0,6 no quarto trimestre de 2002 e no fim do período), posto

⁷ Não há informação no site do Banco Central do Brasil que justifique a ausência desses dados, ou porque eles não foram disponibilizados.

que o aumento apresentado pelos bancos privados nacionais foi anulado pela queda dos públicos estaduais e privados internacionais.

O fim da trajetória de queda e a recuperação da maioria das macro-regiões no segundo momento é fruto do crescimento econômico observado no período. Este, ainda que pouco expressivo, provocou melhora das expectativas econômicas e aumento do otimismo dos investidores, o que resultou no verificado aumento do crédito disponibilizado, mesmo em vista da manutenção do nível histórico de taxa de juros real.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos efeitos da taxa de juros sobre o crédito e a economia em geral, a atividade econômica e financeira segue ainda um componente representado pelo que Keynes (1982) chamou de “preferência pela liquidez”. Quanto maior a incerteza econômica inerente a um país ou região, piores as expectativas de realização de lucros e de melhora do desempenho econômico, representando um menor otimismo dos agentes. Essa elevada preferência pela liquidez implicaria em maior retenção de recursos, menor disponibilidade de crédito por parte dos bancos, e menores gastos e investimentos por parte do público e dos empresários. É o quadro característico da periferia. Inversamente, quando a preferência pela liquidez é baixa, a menor retenção de recursos por parte dos agentes gera maior liquidez dos ativos, maior nível de crédito, investimento e dinamismo. É o caso do centro.

Os dados estudados ao longo desse trabalho corroboram essa argumentação. Seguindo esse referencial teórico, o aumento do crédito no Brasil reflete o crescimento do país durante o período. Ainda que este não tenha tido a magnitude esperada, o crescimento das exportações e a maior atividade econômica possivelmente aumentaram o otimismo quanto à melhora do desempenho da economia, motivando os bancos a expandirem o crédito em todo o país e induzindo sua demanda. Contudo, os dados demonstram que, apesar de ter mantido constante crescimento, o crédito cresceu proporcionalmente menos que os depósitos, indicando certa retenção de recursos por parte dos bancos. Os dados evidenciam ainda o problema da concentração financeira e econômica no Brasil, e indicam que, apesar do crédito ter se elevado em todas as macro-regiões, o aumento foi consideravelmente maior nas mais desenvolvidas, como Sul e Sudeste (no último semestre de 2006, a soma do crédito de Sul e Sudeste representa 79,69% do crédito total dos 21 bancos estudados).

Com relação à participação dos bancos no total do crédito, observou-se que bancos públicos federais e privados nacionais evoluem praticamente juntos. Os bancos privados internacionais vêm em seguida e, bem abaixo, os públicos estaduais. Observando as inclinações das curvas, percebe-se

que as decisões dos bancos quanto ao montante total de crédito disponibilizado são similares, acompanhando a mesma tendência, o que indica certa convergência de comportamentos. Somente os bancos públicos estaduais fogem a essa regra, mantendo o mesmo nível de crédito.

Sobre a relação crédito/depósitos entre os últimos trimestres de 2002 e 2006, os bancos públicos federais e estaduais apresentaram menores índices, o que indica maior presença relativa dos bancos privados nacionais e internacionais no crédito. Apesar de serem os bancos que fornecem maior montante de crédito, os bancos públicos são também os que possuem maior captação de depósitos. Uma possível explicação para a menor relação crédito/depósitos dos bancos públicos é o gerenciamento de risco, uma vez que os mesmos mantêm atuação menos concentrada e ocupam nichos mais arriscados. Isso indica, em certa medida, a possibilidade de que se eleve o crédito por eles concedido. Seria interessante um estudo mais aprofundado dessa questão em pesquisas futuras.

Através da distribuição absoluta do crédito constatou-se uma forte concentração da atuação dos bancos privados no Sudeste e Sul. Os bancos privados internacionais, em especial, apresentam valores absolutos muito baixos nas regiões menos desenvolvidas: Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Os privados nacionais se encontram em uma posição intermediária, se aproximando mais dos bancos públicos federais, especialmente no Nordeste, onde é verificada forte elevação de sua participação, e no Sul. No Sudeste estes bancos são os que mais fornecem crédito. No Centro-Oeste e Norte, porém, apresentam ainda baixo nível de empréstimos. Os bancos públicos estaduais apresentam participações pequenas tanto no crédito total do país como em cada uma das regiões. No Nordeste, onde no início de 2001 apresentavam participação mais expressiva, foi verificada uma considerável queda, passando eles de segundo grupo que mais fornece crédito para a última posição. Os bancos públicos federais são aqueles que apresentam maior desconcentração, com dados acima da média dos bancos nas regiões atrasadas, e inferiores nas regiões mais desenvolvidas (para o último semestre de 2006, 15% no Centro-Oeste, 10,71% no Nordeste, 3,92% no Norte, 47,62% no Sudeste, e 22,75% no Sul).

Por se tratar de um estudo exploratório, o presente trabalho buscou sugerir novos focos para pesquisas e contribuir para melhor compreensão da dinâmica do SFB. O presente artigo ressaltou, ainda, a dimensão da concentração econômica e financeira nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, e seus efeitos negativos sobre as regiões menos desenvolvidas, que perdem recursos e acabam se mantendo num ciclo vicioso de elevada preferência pela liquidez e baixo crescimento. Como argumentado, apesar do montante total de crédito fornecido pelos bancos privados nacionais ser praticamente igual ao dos públicos federais, a maior parte deste montante se concentra na região Sudeste (no último semestre de 2006 o crédito do Sudeste representava 72,34% do crédito total dos bancos privados). O resultado mais relevante observado, portanto, foi a necessidade de incentivar a

elevação do nível de crédito dos bancos privados nacionais e internacionais nas regiões mais atrasadas, de forma a promover maior desconcentração do crédito.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALBUQUERQUE, E. **Inadequacy of technology and Innovation Systems at the Periphery: notes on Celso Furtado's contributions for a dialogue between evolutionists and structuralists.** Texto para discussão 254, Cedeplar, 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20254.pdf>. Acesso em: 17 julho 2007.
- BARROS DE CASTRO, Lavínia. **Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90.** In: Economia Brasileira Contemporânea. GIAMBIAGI, F. e VILLELA, A. (organizadores), Rio de Janeiro: Elsevier, p.141-166, 2005.
- BEARE, J. B. **A monetarist model of regional business cycles.** *Journal of Regional Sciences.* v. 16, p. 57-63, 1976.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Proposta de Desenvolvimento para o Brasil.** In: SICSÚ, J.; DE PAULA, Luis F.; MICHEL, R. (Organizadores). Novo-Desenvolvimentismo: um projeto de desenvolvimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 133-144, 2005.
- CARDIM DE CARVALHO, Fernando J. **O Sistema Financeiro Brasileiro: a modernização necessária.** In: SICSÚ, J.; DE PAULA, Luis F.; MICHEL, R. (Organizadores). Novo-Desenvolvimentismo: um projeto de desenvolvimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 329-46, 2005.
- CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional,** In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira, Belo Horizonte: Autêntica, p.295-315, 2006.
- CHICK, V. **Bancos e regiões: algumas lições da experiência européia,** In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira, Belo Horizonte: Autêntica, p.79-92, 2006.
- CORRÊA, Vanessa P. **Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico – um estudo dos anos 1980 e 1990,** In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, p.169-209, 2006.

- CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; CASTRO, C. **The behavior of Liquidity Preference of banks and public and regional development: the case of Brasil**, Journal of Post Keynesian Economics, vol.28, n.2, p.217-40, 2005.
- DOW, S. C. **The Regional Composition of the Bank Multiplier Process**. In: DOW, S. C. (ed.), Money and the Economic Process. Aldershot: Eglar, 1982.
- DOW, S. C. **The Treatment of Money in Regional Economics**. In: DOW, S. C. (ed.), Money and the Economic Process. Aldershot: Eglar, 1987.
- DOW, S.; RODRÍGUES-FUENTES, C. **Regional Finance: a survey**. Regional Studies, vol. 31, n.9, p.903-920, 1997.
- DOW, S.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. **Um “survey” da literatura de finanças regionais**, In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira, Belo Horizonte: Autêntica, p.79-92, 2006.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- LEVINE, R. **Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda**. Journal of Economic Literature, vol. XXXV, p. 688-726, Junho de 1997.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.3, 2003.
- MATHIESON, D. e ROLDOS, J. **Foreign Banks in Emerging Markets**. In: LITAN, R.; MASSON, P.; POMERLEANO, M. (Eds.) Open doors: foreign participation in financial systems in developing countries. Washington, DC: Brookings, Cap. 2, p. 15-55, 2001.
- MYRDAL, G. **Economic Theory and Under-Developed Regions**. London: Gerald Duckworth, 1957.
- PUGA, Fernando Pimentel; **Sistema financeiro brasileiro - reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade a crise cambial**. Rio de Janeiro: BNDES, Textos para discussão 68, 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/Td-68.pdf>. Acesso em: 19 agosto 2007.
- RICHARDSON, H. W. **Regional Growth Theory**. MacMillan, London, 1973.
- RODRÍGUES-FUENTES, C. J. **Credit Availability and Regional Development**. Papers in Regional Science, v. 77, 1, p.63-75, 1998.
- SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.